



O SOCIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE: DAS DESIGUALDADES À VIOLÊNCIA NO ESPAÇO EDUCACIONAL¹

Walter Strobel Neto²

A obra *O Social e as Políticas Educacionais na Contemporaneidade: das desigualdades à violência no espaço educacional*, organizada por Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Lindomar Wessler Boneti e Thais Pacievitch, tem por objetivo divulgar produções que discutem os problemas da educação nas mais diversas análises, desde as políticas até a formação acadêmica, metodologia do ensino e propostas curriculares. Esta diversidade de questões e análises diferencia a obra, em uma nova perspectiva de debate sobre os conflitos sociais e no tratamento das análises com métodos e olhares plurais. Os 11 capítulos são constituídos por artigos que apresentam esta diversidade, possuindo um total de 14 autores, sendo 11 brasileiros, um argentino e dois portugueses, que serão brevemente apresentados na sequência.

Na *Apresentação*, Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC), e Lindomar Boneti (PUC/PR), discorrem sobre a importância do tema trabalhado na obra, que é “a expressão dos conflitos sociais nos espaços educacionais, assim como os conflitos e dificuldades da escola na tarefa de lidar com as diferenças e desigualdades sociais no que se refere às condições culturais, étnica, físicas e sociais” (p.7). O texto ainda aponta para a importância da diversidade do método, sendo esta diversidade necessária pela complexidade da temática, apresentando a escola como o local da construção social, onde se relacionam o mundo social com o escolar. Por fim, a seção traz um breve comentário de cada texto da obra.

No primeiro capítulo, *El horizonte del enfoque de la epistemología de la política educativa: la justicia social*, Cesar Tello (*Universidad Nacional de La Plata/Argentina*) apresenta o texto focando na justiça social como horizonte da investigação em política educativa, e para isto vincula três tópicos: a epistemologia do oprimido, perspectiva interdisciplinar e a realidade estranha. Neste sentido, caracteriza a América Latina como praticante do neoliberalismo teórico, que prioriza a redução da participação do Estado na educação. Assim, defende a construção de um novo espaço para reflexão das ciências sociais com novas bases epistemológicas, construindo uma nova visão de mundo e uma nova relação com ele. Estas novas bases têm de refletir eticamente sobre o trabalho de investigação,

¹ ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; BONETI, Lindomar Wessler; PACIEVITCH, Thais. **O Social e as Políticas Educacionais na Contemporaneidade: das desigualdades à violência no espaço educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

² Graduado em Design pela Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Marketing e Design de Produtos pela Unoesc Xanxerê. Mestrando em Educação pela Unoesc Joaçaba. Bolsista da FAPE Unoesc. Docente e coordenador do curso de Design da Unoesc Xanxerê. E-mail: walstrobel@gmail.com

Submetido em: 27/02/2016 – Aceito em: 15/04/2016.

proporcionando e permitindo uma justiça que problematiza e denuncia a legitimidade do poder, proporcionando condições de oprimir a desigualdade. Estas pesquisas podem surgir a partir de pesquisas já realizadas, mas sob um enfoque epistemológico diferente, o que permitirá outro resultado, com bases diferenciadas, perspectivas, posição e foco epistemológicos que contribuirão para construção de novos saberes. Por fim, o autor considera que a precariedade nas investigações sobre Políticas Educativas se dá pela ausência de um posicionamento epistemológico diferente e contrário aos neoliberais. Este posicionamento deve estar claro desde o marco teórico, proporcionando uma liberdade política e ética, uma liberdade ao ser humano.

No capítulo dois intitulado *A desigualdade social no espaço escolar*, Lindomar Wessler Boneti proporciona uma discussão entre os fatores que contribuem na produção da desigualdade social, principalmente dentro do espaço escolar, por meio do tratamento epistemológico, explicando o “mau” desempenho dos pobres na escola. Após, discorre sobre a construção do termo desigualdade, onde este sempre refere-se aos pobres, que são maioria, e não aos ricos, que são minoria. Esta relação está sempre ancorada a questões de desigualdade, o que constrói a discriminação. Esta desigualdade se alastra com questões também de construção de ideias, o que faz aumentar esta desigualdade, proporcionando a dominação, também por meio de atribuição de valores e bens reais ou simbólicos. Assim, dentro do ambiente escolar faz-se necessária uma revisão epistemológica, a fim de possibilitar uma instituição verdadeiramente democrática. Isto possibilitará uma formação escolar mais rica no que se refere às possibilidades e hábitos. Este novo posicionamento permitirá uma aproximação da periferia para o centro, construindo novos “pensamentos”, novas políticas sociais, combatendo a pobreza.

O terceiro capítulo de Sidney Reinaldo da Silva (IFP Palmas/PR) e Maria de Lourdes Pinto de Almeida, no texto *A redefinição do reconhecimento no seio das política educacionais no Brasil*, trata a questão do reconhecimento entre os anos de 2003 e 2010, no governo Lula. Aponta que para a real efetivação deste reconhecimento foi necessária uma nova concepção de diversidade. Para tanto, o governo quebrou o paradigma do interesse econômico, assumindo o discurso da “sociedade pós-industrial”. Mesmo necessitando-se de liberdade quanto ao discurso, o governo teve que adotar conceitos impostos pela UNESCO. Para os autores, a falta de reconhecimento gera uma subordinação na vida social. Trazendo para a educação, o governo criou uma secretaria dentro do Ministério da Educação para tratar destes questionamentos e, em 2009, lançou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e cultura Afrobrasileira e Africana. Estas ações no campo das políticas nacionais trabalharam principalmente com questões ligadas aos negros. Por fim, a pesquisa demonstra que durante o governo Lula foram registradas as maiores ações referentes à luta pelo reconhecimento e combate à desigualdade.

Após, no capítulo quatro, Sadi Franzon (PUC/PR) e Peri Mesquida (PUC/PR), discorrem sobre a mercantilização da educação no artigo *Políticas Públicas e Neoliberalismo: a educação e o loteamento do mercado educacional*. Para tanto, o trabalho levanta algumas hipóteses quanto às intenções do Estado para com a educação, como implantar um Estado mínimo, deixando o “serviço”, como os autores pontuam, a cargo do setor privado, assumindo os problemas históricos estatais de falta de recursos e incompetências. Esta discussão entre público e privado não é privilégio da Educação, mas característica do discurso político desde a década de 1990. Os autores ainda apontam a “educação como um bem público, um direito de todos, indistintamente, circunscrito num projeto de futuro” (p.78). O Estado, em um processo de descentralização, defende o setor privado, distanciando-se dos discursos nacionalistas e de justiça social, a ponto de admitir sua ineficiência para desonerar-se da responsabilidade. Em contraponto, as políticas educacionais são um grande mote para as campanhas eleitorais, mesmo posteriormente sendo fracassos nas implementações. Os autores comentam que este fenômeno “ocorre sistematicamente, sempre que no interior de uma proposta legislativa haja disposições que afetem de algum modo os interesses privados já existentes ou não contemplem aqueles que o *lobby* quer instituir” (p.78). Esta caracterização não é somente no Brasil. Toda a América Latina sofre com a descentralização. Identificam também que este debate existe desde a instauração da República, mas que as discussões têm sido inócuas. Por fim, o texto reflete sobre a tendência das fortes ondas do processo de globalização, e que as Universidades serão as primeiras a sentirem o efeito, a curto e médio prazo, sendo condicionadas ao setor privado. Assim, os acordos com o Banco Mundial e o FMI, significarão o desmantelamento da educação como bem público.

O capítulo cinco versa sobre relações e desigualdades na Educação Básica. José Licínio Backes (Universidade Católica Dom Bosco/MS) apresenta no texto *Os conceitos de multiculturalismo/interculturalismo e gênero e as possibilidades de superar as desigualdades e a violência (de gênero) no currículo da Educação Básica*, uma situação vivenciada pelo autor e que gerou a discussão do tema. A situação descrita é a de um vendedor de eletrodomésticos que utiliza como situação do cotidiano o homem assistindo futebol e a mulher assistindo novela, discutindo esta situação estereotipada sutilmente e camuflada no currículo da Educação Básica. Isto contribui, segundo o autor, para que posteriormente outras formas de viver as identidades sexuais e de gênero sejam identificadas como “desviantes”, “patológicas”, “pecaminosas” e “demoníacas”. Assim, a luta contra a desigualdade deve levar em consideração dois aspectos: o que trata sobre o conceito como histórico e como situações do cotidiano. Neste sentido, a pesquisa defende a educação multi/intercultural como ferramenta antissexista, possibilitando futuramente a diminuição de práticas violentas quanto às desigualdades. “É possível dizer que a causa dos diferentes processos de discriminação, estereotipia e subalternização está na incapacidade de reconhecer o outro na sua diferença radical” (117).

No sexto capítulo *Das políticas de acesso e permanência na escola ao direito à educação básica de qualidade social: avanço possível?* as autoras Thais Pacievitch (PUC/PR) e Ana Maria Eyng (PUC/PR) discutem sobre as políticas sociais com ênfase nas políticas educacionais e os tipos de políticas oriundas das configurações sociais contemporâneas. Após, apresentam vários dados derivados de censos realizados junto às escolas e analisando os índices de crianças e adolescentes entre os anos de 1999 e 2010, juntamente com a criação dos programas sociais de transferência de renda. Assim, analisam os pressupostos do conceito de qualidade social para refletir sobre a efetivação de uma educação de qualidade social nas escolas públicas garantindo o acesso e a permanência nesta. Identificam então que a qualidade social é um desafio para as políticas e práticas educativas, e como exemplo aponta que o conceito não apareceu nas políticas de avaliação, e assim o IDEB e o ENEM não verificam tal qualidade, mas somente índices quantitativos e pontuais. Como hipótese, defendem que a qualidade social deve ser implementada nos DCN's das Licenciaturas como forma de garantir que os cursos de formação de professores revejam seus Projetos de Curso. Desta maneira, o conceito de qualidade social seria aplicado desde a formação do professor, preparando profissionais atentos às dimensões educativas.

Maria de Lourdes Gisi (PUCPR) discorre no sétimo capítulo sobre *O bullying e o processo de interação no espaço escolar*, no sentido de analisar a ocorrência desse em escolas de educação básica. Primeiramente, identifica a dificuldade de definir e identificar o *bullying*, pois o mesmo é muito relativo, mas alerta que o fenômeno proporciona consequências tanto para quem o pratica como para quem é submetido a ele. Assim, foca na definição do termo como o “modo como ocorrem as interações entre as pessoas” (p. 142), lembrando que este é parte de como a sociedade se constitui. Por meio da pesquisa, identifica que a causa mais comum de *bullying* refere-se aos preconceitos em relação à etnia, gênero e classe social. A autora ainda identifica a escassez de estudos na área, principalmente no ambiente escolar, pois este possui importante função na sociedade. Como hipótese, levanta que esta situação pode ser atrelada à política econômica, que prioriza a força produtiva e a mercantilização das informações, impactando na subjetividade do homem, duelando entre a liberdade, a justiça e a solidariedade, contra o individualismo e o consumismo. Já para as instituições de ensino, a autora considera que se deve “fortalecer o papel do educador e conceber a escola como mediação para o espaço público, fomentando práticas de reflexão de modo a criar um ambiente propício para o exercício da cidadania” (p.155).

Cloves Amorim (PUC/PR) e Ana Maria Eyng (PUC/PR) no capítulo oito, *Violência escolar, bullying e as Políticas Públicas: uma reflexão* analisam as Políticas Públicas no que tange à questão de superação e prevenção. Por meio de várias citações, defendem o papel da educação e da escola como fatores fundamentais na construção do ser humano este enquanto ser sócio-histórico. Para tanto, identificam que é necessário trabalhar com três temas, como os direitos humanos, a cidadania e a democracia, como possibilidade de uma transformação social, e enfrentamento do *bullying*. Após a compreensão do tema e a apreciação das atuais políticas, consideram que em muitas situações é difícil identificar o fenômeno do *bullying*, e que políticas diretamente ligadas ao tema não serão eficazes, mas também apontam que

programas de combate a partes de preconceitos que originam o *bullying* podem sim contribuir muito, como o combate ao racismo, xenofobia, homofobia, etc. Estas ações dependerão de todos os envolvidos no ambiente escolar, que conseqüentemente terão que repensar seus projetos e práticas pedagógicas.

No capítulo nove, *O currículo e as fronteiras da in/exclusão: a reflexão de professores da educação básica*, Ruth Pavan (Universidade Católica Dom Bosco/MS) apresenta uma pesquisa realizada com quatro professores, cada um de uma fase do processo, a fim de perceber a participação do currículo na educação, este sendo ferramenta de controle e assim possibilitando a exclusão. A percepção dos envolvidos é a de que é impossível fugir do controle do currículo, mas que pode-se trabalhar com este de maneira a inverter a intenção, sendo capazes de decifrar os métodos para posteriormente problematizar, desconstruindo para após construir, entendendo, compreendendo, identificando, possibilitando novos olhares para a educação e a sociedade. O currículo atual, conforme a fala dos professores faz com que os alunos aprendam a serem inertes conformados e aceitem como natural a existência dos excluídos. Conhecer o poder e seus processos de dominação inseridos no currículo escolar, para desbancá-lo e possibilitarmos uma perspectiva multicultural.

Por fim, o capítulo 10 encerra a obra com a pesquisa *Cursos de educação e formação política e pedagogia da educação universal: história em torno do saber e do poder na escola*, de Fátima Antunes (Universidade do Minho/Portugal) e Virgílio Sá (Universidade do Minho/Portugal). O texto é conduzido com a visão de que a escola e a educação possuem os poderes, os recursos, os atores e as estratégias de atuação, onde se constituem em um campo de ação política dinamizada pelos confrontos sociais. Desta maneira, discorrem sobre o posicionamento da problemática da regulação da educação, e como esta gestão pode permitir uma transformação nas estruturas, relações e políticas, promovendo mudanças sociais e educacionais. Esta democratização deverá então ser construída com todos os envolvidos no processo, como o Estado, jovens, famílias, compreendendo a gestão da diversidade, para políticas escolares que contribuam para discussões emancipadoras. Neste contexto, porém, existem os posicionamentos, que hora tendem a questões de competitividade e hora a questões de coesão social, direcionando as decisões conforme os interesses, em um dilema de “formar uma elite e educar uma geração” (p.210). Estes ainda são manipulados por atitudes dos que detém o poder, por meio de controle de horários, escolhas de conteúdos, fomento a pesquisas, competição entre escolas, avaliações, condições pedagógicas, etc. Assim, o estudo se constrói no conflito entre uma ideia de escola e as condições e dificuldades no processo, que limitam por meio da regulação a escola, professores e alunos. A pesquisa foi realizada em escolas privadas e públicas, com alunos e professores, tramando as falas, os diálogos, os testemunhos, construindo um panorama de diversos olhares. Dentre estas falas, os autores destacam um discurso que revela que o currículo conduz o jovem a não aprender, a não se interessar e não se mobilizar, pois sobrecarrega os conteúdos, sem pedagogia, sem aprendizagem.

A obra completa proporciona ao leitor uma caminhada rica e com olhares, posicionamentos e realidades geográficas diferentes, mas que possuem vários entrelaçamentos de questões importantes, principalmente no que tange às Políticas Públicas. Desde as origens das Políticas, seus interesses e interessados, como suas consequências e vítimas, e também como tratar estas feridas que estão abertas por uma questão de posição, ou imposição. Compreender os fatores, atores, maneiras, artifícios, ações, procedimentos, desejos, preferências, atrações, possibilitará uma reflexão quanto ao que realmente é necessário para a educação, emancipação e justiça social. Conhecer as mais profundas entranhas do problema faz com que possamos romper os mais frágeis elos do contraditório, reconstruindo desde seu DNA, uma sociedade melhor de se viver.